

O PROLETÁRIO

Nº 66
Julho de 2007

Uma Publicação mensal de Proletários Marxistas
Não aceitamos que a burguesia nos financie. Por isso se faz necessário a cobrança de R\$ 1,00
(um real) para o custeio da publicação do jornal.

A agonia do sistema capitalista cada vez mais concentra capital e expande miséria	01-05
Transposição do Rio São Francisco	06-09
DA TRINCHEIRA UNIVERSITÁRIA	10-12
Inauguração do Espaço Mané Garrincha	12-13
Movimento de Moradia vai a Prefeitura	13-14
O governo Serra e os deputados do mensalão aprovaram a SPPREV	14-17

Adquiram as Resoluções do IX Congresso da Organização pela Construção do Partido Operário Marxista como Seção do Partido mundial da Revolução Proletária (POM)

Vejam:

- Sobre a conjuntura política;
- Bolívia e América Latina;
- A Barbárie e seus aspectos;
- A agonia do Capitalismo arrasta-se, levando a humanidade para a barbárie, em decorrência da crise histórica da direção do proletariado;
- A política que se denominou stalinista;
- Algumas citações de Trotski sobre as Frentes Populares: O maior grau de importâncias assumidas no atual momento pela política de frentes populares;
- Uma Central amarela que semeia frente popular em todo o planeta;
- Da Organização pela construção do Partido Operário Marxista;
- Das conformações com o regime, ideologia e sua política;
- Do Partido Programa: Da formação do militante;
- Da intervenção na luta de classes;
- Da organização dos Comandos de Base (interfabricas, Movimento Estudantil e Popular);
- Da divisão do trabalho e as Células: O combate à divisão do trabalho no seio da construção partidária (como sendo o combate a propriedade privada dos meios de produção); Reformas do Capital; A atualidade do marxismo; A história das sociedades é a história da luta de classes;
- Movimento operário internacionalista; Pontos de programa para intervenção concreta.

Contatos: Jornal *O Proletário*

Caixa Postal n.º 140 CEP 09910-970, Diadema, São Paulo

A agonia do sistema capitalista cada vez mais concentra capital e expandi miséria.

Para os reformistas e revisionistas a agonia do capitalismo é sinal de vitalidade e desenvolvimento das forças produtivas.

No capitalismo as forças produtivas alcançaram um desenvolvimento jamais visto! Seria maior ainda este desenvolvimento com a produção socializada? Com certeza!

Sob a batuta da produção do excedente e da acumulação de capital os níveis de desenvolvimento, levando em conta a maquinaria, não pára de nos fornecer surpresas. Cada dia uma novidade, uma tecnologia se supera ela mesma em questão de meses.

Estes acontecimentos têm servido para umas centenas de organizações, inclusive que se reivindicam do Marxismo, proclamarem a vigência do regime do capital.

Por um lado este desenvolvimento parcial das forças produtivas (visto que, o proletariado como parte maior destas forças regride em maiores proporções em relação ao avanço da maquinaria) alavanca a confusão entre os lutadores da classe operária e dos oprimidos. Aliadas as confusões advindas de todo o conteúdo intrínseco a derrubada do muro de Berlim e todo o poder ideológico do grande capital de que o socialismo morreu e etc. Comparece outro fenômeno que acaba de semear discórdias e serve de fundamento para um leque de traidores e reformistas do movimento operário internacional, acabando por unificarem-se em defesa do próprio “marxismo” com o programa mínimo.

O desenvolvimento capitalista pode se afirmar e é constatado por diversos autores que estudaram e estudam tal fenômeno a par de uma divisão internacional do trabalho, compareceu e comparece uma reestruturação dos meios de produção e das relações de trabalho (reestruturação produtiva), assim, temos:

* Na primeira divisão internacional do trabalho em que meia dúzia de países encabeçados pela Inglaterra, tinham estes a competência de transformar as matérias primas e exportá-las como mercadoria transformada.

Ao restante dos países do globo onde o comércio já se tinha alcançado, sob o regime colonial, caberia o fornecimento de matéria prima e produtos agrícolas sem nenhum valor tecnológico agregado. Esta divisão internacional do trabalho se desenvolvia sob linha de produção e a gerência do trabalho assalariado em grande escala, em que a supervisão e as condições de trabalho, moradia, saúde e etc., eram uma violência sem proporções na história. No campo da circulação das mercadorias, nesta fase de desenvolvimento capitalista, comparecia e predominava a “livre concorrência”.

Alcançando o regime capitalista seus primeiros sinais de estagnação, ainda na sua fase de desenvolvimento, livre concorrência, com o desenvolvimento concomitantemente da maquinaria à crise de superprodução e por sua vez os monopólios. A livre concorrência se transforma em luta destes últimos e está: em guerra imperialista. Temos assim a primeira grande guerra imperialista em 1914. Nesta briga por mercados já se desponta os EUA como substituto do papel desempenhado até o momento no domínio produtivo e comercial que desempenhava a Inglaterra.

Com o desenrolar da primeira grande guerra imperialista de 14-18 o Movimento Operário Internacional entra em sena de forma contundente. A revolução Russa foi um marco deste fenômeno.

Com este novo cenário, a luta de classe a nível mundial inaugura uma dimensão e uma qualidade superior. A primeira divisão internacional do trabalho e o sistema de gerência da produção sem maiores pensamentos teóricos foram deixados para traz. Na luta de classes desenvolvida no momento não se tinha lugar para o amadorismo. Comparece então, a segunda divisão Internacional do trabalho e a estrutura de produção que se denominou “Taylorismo/Fordismo”. Esta nova fase da luta de classe fez com que, a grande burguesia mundial aprimorasse seu aparato de Estado, culminando repressão e assistencialismo aos capitalistas em crise; e direitos sociais aos

trabalhadores (Estado de bem estar social), como forma de amortizar as contradições da encarniçada luta de classes. Temos então, uma linha de produção em série, uma gerência profissional e, assim, o aumento desta produção em níveis ainda maiores –um período que culminou com destruição e reconstrução de países e de forças produtivas até algumas décadas do pós-segunda guerra mundial. Os historiadores usam denominar este período de: guerra fria ou de socialismo versus capitalismo. No plano da circulação das mercadorias compareciam as relações imperialistas em que, aos países imperialistas cabiam a produção e a exportação de produtos industrializados com maior valor tecnológico agregado. Já aos países que classificam diversos autores como países do terceiro mundo ou países periféricos e semiperiféricos, cabiam a produção e exportação de matéria prima e produtos agriculturáveis e –no caso do segundo (semiperiféricos)– de matéria prima, produtos agriculturáveis e produtos industrializados sem maior valor tecnológico agregado.

A crise de superprodução sempre em alta e assim se dando o agravamento da crise estrutural do capitalismo. O segundo modelo econômico da segunda divisão internacional do trabalho ficou decadente em vistas das disputas imperialistas por mercado e como consequência por rebaixamento dos custos de produção, controle do movimento operário; culminando com maior qualidade e quantitativo de produção. Desta forma, o Japão aponta para uma nova reestruturação produtiva e uma terceira divisão internacional do trabalho. Também o modelo japonês de gerência compartilhada na linha de produção, de integração dos sindicatos operários na congestão das empresas. De uma administração empresarial que leva o elemento de conciliação de classe deste à linha produtiva na indústria. Criando mecanismos de segregação do operariado, transformando-os em de 1º classe, de 2º e 3º classe, com os empregos vitalícios, de empregados da indústria como pertencente à

família. Como operários polivalentes, na produção celular no interior da empresa, “gerência coletiva” por um lado e as terceirizações em suas variantes de emprego sem direitos e sem qualificação alguma, por outro.

Assim como o Taylorismo/Fordismo teve o modelo, estrutura e processo produtivo atrelados ao Estado de bem estar social como elemento de contenção do movimento operário internacional, no toyotismo (que se espalha para o mundo inteiro com variantes aqui e acolá) se entrelaça o processo de produção com a segregação própria do fascismo. Com o Estado neoliberal, mínimo, de destruição dos Direitos históricos, de por fim as fronteiras para as grandes corporações (grande capital sob a direção do capital financeiro) impõem-se, assim, a democracia aos moldes da avançada crise de superprodução. Para golpear a fundo o movimento operário, os direitos, implantar a conciliação de classes no interior mesmo da linha de montagem, esta reestruturação produtiva e o Estado neoliberal têm se servido mais amplamente das frentes populares. Para impor suas políticas em favor do capital financeiro, de uma maior concentração do capital, auxiliando este no seu caráter ambulante em que se tornou a grande indústria, buscando os bolsões de mão de obra a baixo custo, mais parecido com o trabalho escravo. Marchando assim, para a barbarização da sociedade evidenciando as características fascistas no processo de produção e no Estado neoliberal.

Vemos então, o contrário do que apregoa as várias correntes do reformismo. De que a modernidade do capitalismo com sua mais recente reestruturação nos moldes do toyotismo e da “globalização” nada têm de transcendental nas relações de produção, e sim, na configuração de uma tendência histórica de que o *“fascismo é um instrumento do capital financeiro e não da propriedade latifundiária feudal”* Leon Trotsky, por sua vez: socialismo ou barbárie.

O santo poder do capital

Como na “santíssima trindade” a grande burguesia mundial e o grande capital, necessita transportar as novas formas de dominação e exploração capitalista na sua fase imperialista e de aprofundada crise estrutural do regime para o movimento operário internacional como transcendental ideológico.

Na primeira divisão Internacional do trabalho e no predomínio da exploração capitalista das Colônias comparece o movimento operário, com toda sua grandeza e formulações, como se fosse um despertar para o socialismo mundial, nas suas concepções teóricas que acabaram por revolucionar a filosofia e os princípios econômicos do capital em desenvolvimento. Nesta fase podemos dizer que se dava diretamente a luta entre burgueses e proletários modernos. .

Na segunda divisão Internacional já temos a imagem e semelhança da administração burguesa em retaguarda, agindo ideologicamente sobre a classe operária e de dentro dela. A guerra de 14-18

introduziu a II Internacional Social Democrata como agente ideológico e de contensão burguesa no seio do movimento operário, com a utilização de um setor da classe operária melhor remunerada, na burocracia, se transformando em elemento de conciliação de classe.

Na terceira divisão Internacional do Trabalho temos o elemento da aristocracia operária e a social democracia sendo potenciadas pela junção de outra corrente operária, o stalinismo. Com a derrubada do muro de Berlim e do “socialismo do Leste” o campo da conciliação de classe fora fortalecido, o fenômeno da burocratização potenciado, bem como o elemento de conciliação de classe.

Como avanço da crise estrutural do regime capitalista a necessidade cada vez maior de aumentar a exploração sobre o trabalho e de adequação do Estado a nova realidade. A reestruturação produtiva foi dando lugar em relação ao também aumento do controle ideológico e material do Movimento Operário Internacional.

A luta de classes é a história da história

Burgueses e proletários em uma luta sangrenta e desigual vão se contrapondo na história e fazendo-a.

Com a traição da Revolução Russa e para configurar tal traição em benefício do grande capital, o stalinismo instituiu como programa o “Socialismo em um só País” e o “Programa Mínimo” como forma de uma pretensa Unidade que entrou na história como Frentes Populares. O Movimento

operário IV Internacional (denominado de trotskismo) em um combate sem trégua colocou na ordem do dia a questão do Programa de Transição em contraposição ao “Socialismo em um só País”, ao programa mínimo e as frentes populares do stalinismo e da social democracia.

A luta de classes, além de construir a história e ser a mesma, nos reserva surpresas e mais surpresas.

Abaixo transcrevemos uma pergunta com a devida resposta de Célia Hart em entrevista realizada em 05-07-2007 por El Militante.

*“Autor: David Rey – El Militante
Data: (05/07/2007*

Em seus escritos você tem destacado a afinidade dos pensamentos e idéias de Trotsky e Che Guevara. Durante décadas parecia que havia um muro de separação entre aqueles que se consideravam trotskistas, comunistas e guevaristas e sobre a concepção que cada um teria sobre estes dois dirigentes revolucionários. Que pode dizer-nos a respeito?

Por paradoxo que pareça quando eu comecei a ler Trotsky seus escritos me resultavam de certa forma próximo, conhecidos na mesma linha que os do Che Guevara.

Com Che Guevara lhe havia sucedido o que, lamentavelmente se passou com tantos outros revolucionários que lhe foram apresentados pelos partidos stalinistas, dando-se uma visão distorcida de suas idéias e pensamentos e que criou certos prejuízos a outras tendências revolucionárias e socialistas, como a trotskista. Estes partidos stalinistas tem-se transformado em quase todos os Países em partidos reformistas, excetuando os maravilhosos companheiros dos PC's com quem temos numerosos pontos de contato e aproximação muito grandes. De fato, eu mesma venho do PC, do PC cubano. Aproveito para dizer-lhe que estamos de um ponto de onde podemos trabalhar com os partidos de todas as tendências marxistas sem maiores complicações. Esse foi outro dos resquícios que nos ofereceu "el desmerengamiento" (palavra de Fidel Castro) do socialismo real.

Quando eu conheci as idéias de Trotsky reconheci as mesmas idéias que de uma ou outra forma havia aprendido do Che Guevara: Revolução Permanente o desenvolvimento desigual e combinado nos países do capitalismo atrasado, sobre o

Internacionalismo, em suas críticas à burocracia soviética. Basta voltar a ler com cuidado O Socialismo e o Homem em Cuba, ou o Mensagem à Tri-continental ou o Discurso de Argel para reconhecer quais eram os aportes de Che, sua crítica feroz ao que ele mesmo chamou "Potências Socialistas". A defesa do internacionalismo como necessidade para continuar sendo revolucionário. Um internacionalismo militante e comprometido até os tutanos.

Desta sorte, tanto o Che como o Trotsky caíram no mesmo limbo. A esquerda trotskista em casos fundamentais como a Argentina, considera ao Che tão somente como mártir ou herói, não lhe tem reconhecido seus aportes reais, concretos, explícitos à teoria revolucionária... Tão somente porque os guevaristas muitas vezes exaltaram seu perfil guerrilheiro não mais. Por ou lado, os trotskistas (em geral) se voltam alérgicos quando se falam de guerrilhas ou de pólvora... Quando o primeiro guerrilheiro da URSS foi o que organizou, centralizou o Exército Vermelho. Agora aqui em Buenos Aires me tem regalado os livros de aportes militares de Leon Trotsky. E há que ver não mais seus esplêndidos critérios sobre a guerra revolucionária! "O direito a violência dos explorados contra os exploradores foi defendido pelos dois, claramente, explícita e freqüentemente".

De fato a dialética é mesmo uma parceira também histórica da luta de classes.

O Stalinismo se integra com a Social Democracia indo para o Trotskismo e este, por sua vez, vai também de encontro ao Stalinismo; como?

O programa... sempre o programa!

Tanto a Social Democracia quanto o Stalinismo comparecem na história da luta de classes como defensores do programa mínimo.

A Social Democracia, com a falácia de que a classe trabalhadora ainda não está preparada para a revolução, torna a luta econômica e as reformas capitalistas em estratégia suprema. Os stalinistas com o “Socialismo em um só País” e a defesa da unidade, inclusive contra o “fascismo” e a burguesia progressista, fundamentam as frentes populares e o desenvolvimentismo como ante-sala da luta do Socialismo. Estas duas correntes acabaram por transformar o

Socialismo em *Capitalismo de Estado* e para ocasiões festivas; tendo como estratégia o programa mínimo.

A metamorfose que tem possibilitado a transformação de Social Democratas em Stalinismo e estes em Trotskismo e vice-versa, é exatamente o *programa mínimo* e a defesa das Frentes Populares.

O Programa de Transição que voltou a ser programa mínimo e pacifismo para os revisionistas do Marxismo seguidores e “ex-seguidores de Nahuel Moreno”.

Citações programáticas do PSTU – Brasil:

“O PSTU afirma que sem romper com o imperialismo, não existe nenhuma possibilidade de acabar com o desemprego, com o arrocho salarial, avançar na reforma agrária, combater a fome e garantir melhores condições de vida.

Para que o país possa retomar seu crescimento é preciso deixar de pagar a dívida pública e romper com o FMI, que impõe um controle despótico e anti-operário da economia nacional.

Da mesma forma é preciso romper com as negociações da Alca, para evitar a recolonização do país. O que o Brasil precisa é de uma segunda independência!

Não pagar a dívida para garantir emprego, salário, terra, moradia, educação e saúde pública e de qualidade para todos.

O pagamento da dívida externa é um verdadeiro crime

Citações programáticas do Espaço Socialista:

“Neste sentido, como uma de nossas principais atividades, desenvolvemos um esforço para um resgate, e ao mesmo tempo, uma atualização do marxismo frente à realidade atual da luta de classes, a partir de dois fatos históricos que mudaram em vários aspectos a geopolítica e o desenvolvimento da luta de classes mundial: a Mundialização do Capital e a queda dos Estados do Leste Europeu”.

“Não podemos dar “velhas respostas aos novos problemas”. Por isso julgamos ser necessário rediscutir questões consideradas por muitos setores da esquerda como “verdades imutáveis”, e encarar os

contra o povo e o país. É preciso deixar de pagá-la imediatamente para que se possa redirecionar os investimentos, garantindo emprego, salário, moradia, educação, saúde e a reforma agrária...

Para enfrentar o bloqueio externo devemos fazer um chamado aos demais países devedores para a formação de uma frente continental pela suspensão do pagamento da dívida. Essa frente estabelecerá um comércio comum baseado no princípio da solidariedade dos povos e não da concorrência e do lucro capitalista. Seus países realizariam uma auditoria para mostrar ao mundo inteiro que essas dívidas já foram mais do que pagas às custas da fome do povo. Uma atitude como essa receberia o apoio e mobilizaria milhões em todo o mundo e inclusive nos EUA”.

desafios que a nova realidade impõe a todos nós, num esforço para restabelecermos e enfrentarmos os desafios da revolução socialista na atualidade”

A mesma coisa em relação à luta para aumentar as vagas nas Universidades Públicas, Escolas Técnicas, etc e que suas vagas sejam direcionadas aos alunos da Escola Pública, com divisão das vagas de acordo com o percentual de negros e brancos da região, etc. Junto a isso a luta unitária pelo não pagamento das dívidas interna e externa e investimento desse dinheiro nos serviços públicos como educação, saúde e lazer.

Transposição do Rio São Francisco

Para compreendermos a problemática sobre a transposição do rio São Francisco, temos, **antes** de tudo, compreender a constituição geomorfológica do domínio da Região, entretanto, iremos nos referir como *sertão*, pois, o termo *sertão* vem carregado de fatores sociais e culturais, incluindo o povo nordestino na discussão, e além de tudo, entender para que e para quem será destinado realmente a transposição.

Os rios que atravessam o domínio do nordeste, quase todos são temporários, dentre eles o que se destaca como permanentes, temos o rio São Francisco.

O solo no sertão é raso e é muito pedregoso, mas é em certa medida fértil, e tem sido utilizado pela pecuária e a agricultura de subsistência, com cultivos como o do milho, feijão, mandioca e algodão. Como no sertão as chuvas são inconstantes e variam no tempo e no espaço, é comum uma perda total das áreas cultivadas nos períodos longos de seca, o que por consequência, o pequeno agricultor, por não ser apoiado por políticas públicas para se reproduzir como camponês, acaba abandonando as suas terras, que acabam sendo compradas por grandes latifundiários, centralizando ainda mais a posse da terra nesse país. Diga-se de passagem que, apenas 2% do semi-árido é efetivamente cultivável, logo, o argumento de que, a transposição do rio São Francisco, trará o desenvolvimento e comida para o povo do sertão nordestino se contradiz com esse fato.

Dentro de toda a discussão sobre a transposição do rio São Francisco tem de pano de fundo o jogo de interesses, de um lado o favorecimento pessoal de políticos que usam a velha política que consiste na construção de obras faraônicas, que, tem por objetivo principal o populismo social-democrata, de um lado, para manter tal política, tem a necessidade de veicularem a falsa idéia que tais construções, que demandam milhões de reais dos cofres públicos e que irão resolver os problemas do suposto baixo desenvolvimento econômico do sertão nordestino que pelo discurso instituído, que teria como fator e vilão a seca, mas se esquecem da “**cerca**”, a propriedade privada da terra e a lógica de reprodução de nossa sociedade capitalista, que visa o lucro imediato e a qualquer custo. O sertão nordestino, é predominantemente tomado pelo domínio morfoclimático conhecido como Caatinga, um domínio extremamente complexo e delicado, logo, uma transposição, de proporções gigantescas, provocaria impactos ambientais muito grandes, alterando fortemente as dinâmicas de reprodução deste domínio, que ao longo do tempo já se adaptou a esse clima semi-árido. O que falta são políticas públicas que foque a estrutura que possibilite o armazenamento de água e comida nos períodos de chuva, para os períodos de estiagem.

O que se constitui nesse contexto, é uma “**indústria da seca**”, que tem como objetivo, manter a seca, eternizando o

baixo desenvolvimento econômico, a miséria do povo do sertão. Na esfera do jogo político, corrupto e que apenas favorece o capital dentro de suas decisões, não é o que mais ganham com essa sujeira, mais sim, as grandes obras milagrosas que prometem acabar com o problema e a miséria, tudo a custo do dinheiro dos cofres públicos, isso quando

não é concretizado com base no dinheiro vindo de empréstimos milionários em algum organismo fornecedor de crédito internacional, que em seu contrato, enfia o país mais e mais na política neoliberal que norteia o desenvolvimento do capital.

Tal como as reformas da Previdência, Sindical, Trabalhista e Universitária a transposição do Rio São Francisco atende interesses do mercado, ou seja, das multinacionais, dos latifundiários e dos setores dominante da Região.

Assim com as reformas acima citadas o projeto atual de Transposição do Rio São Francisco que o Governo Lula está implementando foi elaborado no Governo FHC.

Segundo Institutos e técnicos das melhores Universidades Públicas do Brasil a Transposição se trata de crime ambiental, financeiro e contra o povo brasileiro e, principalmente, contra o povo pobre do nordeste, justamente no sentido contrário a demagogia governamental.

Trata-se do continuísmo da indústria da seca do nordeste. O Governo Lula, assim como FHC e todo governo capitalista, governa para os capitalistas e estes não necessitam de muitos conhecimentos, pois, são os “técnicos” do grande capital que desenvolvem tais projetos. Entende-se por técnicas do grande capital os interesses políticos e econômicos das oligarquias e corporações dirigentes da região.

Caso o Governo brasileiro, tanto os que antecederam quanto FHC ou Lula, tivessem o mínimo de compromisso com o povo, realmente já teriam resolvido os problemas da seca que assolam o povo nordestino. Teriam ouvido os técnicos que temos e estão em Institutos e nas Universidades Brasileiras e que, a muito

tempo, tem trabalhos e dados sobre o assunto.

Segundo pareceres destes técnicos vamos analisar item por item que se envolvam no caso da transposição do velho Chico.

- Conhecer os aspectos geológicos e avaliar melhor as disponibilidades hídricas da região;
- Ver o orçamento das águas tanto nos aspectos dos volumes e vazão hidráulicos quanto os aspectos financeiros em questão;
- Estudo de Impacto ambiental (EIA) ou Relatório de Impacto Ambiental (RIMA).

O estudo dos aspectos geológicos e disposições hídricas da região compreende as análises da formação dos solos e origem rochosas destes. A qualidade (composição química) das águas subterrâneas e as precipitações. No primeiro e segundo item temos vários pareceres que demonstram a inviabilidade técnica da obra.

“Estima-se que 70% do volume da água do subsolo nordestino estejam localizados na bacia sedimentar do Piauí/Maranhão. Em termos quantitativos, calcula-se, no embasamento cristalino, um potencial de apenas 80 km³ de água/ano, enquanto nas regiões sedimentares esse volume pode chegar valores significativos, como os existentes nas seguintes bacias: São Luis/Barreirinhas com 250 km³/ano, Maranhão com 17500 km³/ano, Potiguar/Recife com 230

“Estima-se que, na terra, existam 1,37 bilhões de km³ de água; 97% desse volume constituem as águas dos oceanos, restando, portanto, apenas 3% de água doce no planeta. Desse percentual de água doce, 2/3 estão nas calotas polares e nas geleiras, restando apenas 1% do volume inicial para ser utilizado ou consumido pela população mundial. O Brasil é detentor de 12% da água doce que esorre superficialmente no mundo; 72% desses recursos estão localizados na região amazônica e apenas 3% no Nordeste brasileiro. Essa desigualdade de percentuais, com visível desvantagem para o Nordeste brasileiro, é conseqüência das características geoambientais da região, referidas anteriormente”.

“Fala-se muito em água do subsolo para se resolver, de vez, os problemas hídricos da região semi-árida nordestina. É, sem dúvida, uma alternativa importante, mas que não é a solução de todo o problema. Devido às características geológicas da região comentadas anteriormente, o acesso a essas águas e, principalmente, a sua utilização têm que ser encarados de forma mais criteriosa e realista. A título de exemplo, estima-se que 35% dos 60.000 poços escavados no embasamento cristalino nordestino estejam secos, obstruídos ou com teores salinos inadequados ao consumo humano. Com essa estatística, é de se esperar que todo e qualquer programa de perfuração de poços que venha a ser realizado na região trate primeiro da recuperação dos poços que fazem parte desse percentual”.

“Outra questão relacionada com a água de subsolo diz respeito a sua qualidade química. É sabido que as águas do embasamento cristalino normalmente apresentam teores elevados de sais. Para o tratamento dessas águas em dessalinizadores”.

“O São Francisco já está com as suas águas comprometidas na geração de energia e na irrigação. A explicação é a seguinte: a vazão média do rio é de 2800 m³/seg. Para gerar energia, levando em conta todo o potencial gerador da

km³/ano, Alagoas/Sergipe com 100 km³/ano e Jatobá/Tucano/Recôncavo com 840 km³/ano”.

“Portanto, as características geoambientais acima descritas têm influência marcante nas quantidades hídricas exploráveis na região nordeste. Essa afirmativa fica mais evidente quando são comparados os volumes de água existentes no planeta com os existentes no país e os destes últimos com os disponíveis na região nordeste”.

CHESF, são necessários, desse total, cerca de 2100 m³/seg. Portanto, restam 700 m³/seg. O potencial de áreas irrigáveis do São Francisco é de 3.000.000 ha. Se considerarmos 0,5 litro/seg/ha como um número razoável para fins de cálculo da irrigação que é praticada atualmente no vale do São Francisco, seriam necessários 1.500 m³/seg para irrigar aquela área potencial. Ocorre que não temos esse volume disponível no rio. Temos, conforme mencionado anteriormente, apenas 700 m³/seg. Apesar de termos uma área potencialmente irrigável de 3.000.000 ha, só é possível irrigar, com o volume de água disponível no rio (700 m³/seg), cerca de 1.400.000 ha. Já nos parece existir, nessa contabilidade, um sério conflito quanto ao uso das águas do São Francisco. Certamente não iremos ter água suficiente para gerar energia, irrigar e abastecer as cidades do Semi-árido nordestino conforme se está pretendendo. Se já é triste morrer de sede, mais triste ainda é morrer de sede no escuro”.

“A vazão média do São Francisco, que na região semi-árida corre inteiramente sobre o embasamento cristalino, é de 2800 m³/seg pelo fato de terem sido registradas vazões mínimas de até 595 m³/seg (em outubro de 1955) e, na grandes cheias, vazões máximas que chegaram a 20.000 m³/seg. No entanto, esses dados, para a CHESF, são muito preocupantes pois, no complexo gerador de energia de Paulo Afonso, há necessidade de uma vazão mínima garantida para manter o sistema gerador operando a contento. A título de exemplo, a usina de Itaparica necessita de um volume de engolimento de cerca de 2744 m³/seg, a de Paulo Afonso IV, de 2310 m³/seg e a de Xingó, de 3000 m³/seg. Nesse sentido, a CHESF foi como que obrigada a construir a represa de Sobradinho, que conseguiu manter, no rio, uma vazão mínima garantida da ordem de 2060 m³/seg. Ainda com relação a vazão do rio, outro aspecto importante a ser considerado diz respeito aos constantes desmatamentos realizados no Alto São Francisco, que têm ocasionado sérios problemas de assoreamento no seu leito com conseqüente diminuição de vazão”

- OBS - Tema apresentado pelo Pesquisador João Suassuna da Fundação Joaquim Nabuco, no I Seminário sobre Transposição das Águas do Rio São Francisco - Mito ou Realidade, realizado na capital da Paraíba nos dias 10 e 11 de novembro de 1999.

Como vemos a capacidade hídrica do velho Chico já está comprometida com a geração de Energia Elétrica, com os projetos de irrigação já executados, assoreamento e detritos químicos e de esgoto lançado no seu leito.

A previsão dos técnicos é de que: com a transposição o povo da região ficará no escuro, sem energia, com apagões e etc. Outro aspecto tratado nos relatórios e a questão da evaporação. O projeto da transposição prevê:

“Na versão mais atual do Projeto, pretende-se transpor uma vazão máxima de 127m³/s(127.000 litros por segundo) conduzida a dois eixos, norte e leste. A captação d’água para o eixo norte situa-se na altura do município de Cabrobó (PE), devendo bombear uma vazão de cerca de 99m³/s (99.000 litros por segundo) para as nascentes dos rios Jaguaribe (CE), Pranhas-Açu (PB/RN), Apodi (RN) e Brígida (PB). O eixo leste interliga o Rio São Francisco com os rios Paraíba (PB) e Moxotó (PE), com bombeamento de 28m³/s (28.000 litros por segundo) nas imediações do Reservatório de Itaparica (PE)”.

Pelos estudos realizados do projeto de transposição do São Francisco irão se beneficiar: 1) as grandes empresas de produção de sucos e frutas com irrigação e mecanização que não será o povo pobre; 2) os usineiros e fazendeiros da região e as construtoras das obras; além é claro de todo o esquema de saque dos cofres públicos que bem nos estamos acompanhando no Senado Federal.

“Os ‘vazanteiros’ que fazem horticultura no leito dos rios que ‘cortam’ -que perdem fluxo durante o ano- serão os primeiros a ser totalmente prejudicados. Mas os técnicos insensíveis dirão com enfado: ‘A cultura de vazante já era’.

Sem ao menos dar qualquer prioridade para a realocação dos heróis que abastecem as feiras dos sertões. A eles se deve conceder a prioridade maior em relação aos espaços irrigáveis que viessem a ser identificados e implantados.

“Para chegar às vertentes das bacias receptoras, a água deverá ser elevada a uma altura de 160 metros do ponto de captação, percorrendo, a partir daí, cerca de 2 mil quilômetros de rios e canais a céu aberto. Neste percurso, ocorrerão perdas substanciais por evaporação e infiltração” - Tânia Magalhães e Cecy Oliveira Fotos: Hans Von Manteuffel (Fundação Joaquim Nabuco).

Os prejudicados: 1) os atuais camponeses o agricultores de hortifrutí que já estão instalados as margens dos afluentes do velho Chico; 2) a população pobre que ficará com problemas de Energia Elétrica e com a continuidade da falta de água, tendo que se abastecer deste líquido nos caminhões-pipas e todo tipo de venda de água que se potencialará.

De imediato, porém, serão os fazendeiros pecuaristas da beira alta e colinas sertanejas que terão água disponível para o gado, nos cinco ou seis meses que os rios da região não correm. É possível termos água disponível para o gado e continuarmos com pouca água para o homem habitante do sertão” - Aziz Ab'Sáber é geógrafo, professor-emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP

DA TRINCHEIRA UNIVERSITÁRIA

No dia 15 de junho de 2007, verificamos pela imprensa mais o grito de uma luta de combate a política de sucateamento, repressão e privatização do ensino público gratuito e que, por isso, sofre mais uma violenta represália do governo contra este destacamento de revoltosos lutadores durante uma passeata de protesto na Av. Paulista. Estudantes, docentes, funcionários e colaboradores, usuários ou não, da Universidade de São Paulo – USP, que empreenderam por 50 dias a ocupação da reitoria desta universidade e lutaram nas ruas desde então sendo reprimidos pela polícia que esperava qualquer oportunidade de desmontar o acampamento (foco de rebeldia) e a própria mobilização e manifestação destes nas ruas.

Acontece que seguindo a labuta de desmonte do serviço público vêm os consecutivos governos – como o atual PSDB/Serra – atacando a autonomia e a própria existência das universidades e entidades do ensino público a fim de promover mais facilmente este desmonte. Suas medidas e decretos seguem à risca em consonância o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI implantado por Lula, FHC e etc. , que nada mais é senão a adequação das forças-produtivas e de conhecimento do país às necessidades dos mercados e monopólios imperialistas. Sendo que, na crise estrutural que sucumbe o capitalismo, até um pólo de produção e desenvolvimento do conhecimento, como são as universidades, são prejudiciais aos seus interesses na medida em que sejam públicos, gratuitos e autônomos.

Para os governos de representação burguesa direta ou disfarçada (frentes populares) a necessidade é a mesma: desembaraçar-se dos encargos sociais e adentrar-se no mercado mundial à custa das classes exploradas, aprofundando a barbárie.

Não lhes é necessário ou conveniente utilizar de toda a força de trabalho que compõe este incontável exército excedente de mão-de-obra; de modo que apenas uma

ínfima minoria destes precisa ser educada e incluída no mercado de trabalho. Tão pouco é necessário a produção independente de conhecimento (bastando o saber técnico focalizado), quanto mais aquele que possa questioná-los.

Logo, o monopólio do conhecimento que já era um privilégio privado, agora deve ser ainda mais restrito e direcionado para o aprimoramento das fórmulas de exploração capitalista, da gestão e controle dos recursos, da aplicação e manuseio das máquinas. A isto servem o Pró-Uni (privatização do ensino público), a política depreciativa dos conteúdos do ensino pelo MEC, o FUNDEB, as municipalizações, tele-salas, cursos e diplomas à distância e muito mais.

Na contra mão destas investidas do capital estamos nós: os interessados pelo ensino público, gratuito, de qualidade e autônomo – hora excluídos dos projetos do capital – lado a lado com os lutadores da USP; compartilhando suas desventuras e suas demandas, mas, todavia, separados.

O processo de desobediência civil travado na USP reluz como um exemplo a que deveria tender os movimentos operário e popular brasileiros novamente. Espelhando-se em sua audácia, independência e persistência, impulsionando-os na conquista de sua autonomia, como na de todos nós; superando-se, contudo, a espontaneidade pela organização superior e permanente que carece o combate ao Estado repressor armado até os dentes. Pois os decretos sancionados pelo capital através de seus representantes nos meios “legais” são os únicos instrumentos de legitimação de sua política; a isto também serve o rol jogado pelas direções cooptadas que transformam os mecanismos de organização operária e popular em aparelhos burocráticos a serviço do Estado: burocracias sindicais e acadêmicas.

Se fitar-mos mais atentamente a explosão dos acontecimentos na USP, se observará a faísca que falta aos movimentos operários e populares em geral para contrapor-se aos ataques dos sucessivos governos e às traições da aristocracia operária e das burocracias sindicais. Visto que, a ocupação da reitoria da USP; a afronta direta ao governo repressor; os atos, manifestações e a transparência desta luta; se devem ao fato daqueles realmente comprometidos com esta luta haverem transgredido os conceitos pequeno-burgueses (pacifistas e conciliadores), de haverem passado por cima desta leva de partidos pequeno-burgueses (PSTU, PSOL, PCO e etc), das Centrais Sindicais (UNE/CUT/CONLUTAS/Intersindical) que são dirigidas por estes partidos, e dos burocratas sindicais que boicotam toda a atitude concreta dos estudantes, operários e movimentos em geral.

Veremos, pois, que a **ação direta** das massas (greves, ocupações, paralisação de ruas, piquetes, manifestações, atos...) é o nosso método de luta, legítimo e eficaz. Veremos também que a **democracia e organização soviéticas** (assembléias deliberativas e imperiosas, comandos de base, revogabilidade de todos os dirigentes a qualquer momento, mandato meramente executivo destes, transparência...) devem imperar e permear a representação direta e desimpedida das massas.

O que seria possível conquistar se os lutadores da USP não houvessem atropelado os demagogos e burocratas de seu movimento?

Pois ao DECRETO que impôs o governo não se combate com demagogia, com negociação, com abaixo-assinados ou pressões parlamentares – como é de praxe às burocracias sindicais. Muito menos com *paredão* (malhação dos parlamentares que traíram sua confiança) como propõem o PSTU/PSOL em outras frentes que também se esmeram por boicotar (Greve dos

Professores do Estado: por ocasião da nova Previdência dos Servidores Estaduais; Greve dos Metalúrgicos: por conta das demissões neste setor, especialmente na Volks; Greve dos Bancários: em campanha salarial e demissões em massa no BB; Greve dos Metroviários: contra a privatização e contra a repressão do movimento; etc).

A sorte da campanha da USP é a mesma dividida com todas estas outras, mas a unificação dessas demandas e setores não se dá facilmente e a envergadura de suas lutas carece do caráter que tomaram os eventos da USP, ou seja: carece do desatrelamento das massas, dessas categorias, desses explorados, com a ideologia pequeno-burguesa. Carece do emprego das ações diretas das massas e da democracia soviética reorganizando e reestruturando a resistência do movimento operário, popular, camponês e estudantil contra o capital. Tão importantes são estas consignas para os movimentos sociais na luta de classes que a qualidade e intensidade do emprego destes elementos no cotidiano determinarão, invariavelmente, o resultado de suas jornadas.

A história da luta de classes no Brasil nas últimas décadas demonstra o agravamento deste quadro de dispersão dos movimentos sociais arquitetado pelas alianças entre a burguesia e as direções ambíguas que se degeneraram, junto aos aparelhos, renunciando o caráter transformador das insurreições populares, condenando-os em conluio com o Estado.

Diante do quadro geral de debilidade dos movimentos sociais, operários, populares e estudantis, houve uma vitória na USP, muito mais expressiva pela desenvoltura de sua combatividade – questionando os agentes imobilistas – do que pelo resultado do Termo de Compromisso firmado com a Reitoria em 22 de junho de 2007 e a freada nos planos do Governo. Conquista ínfimas se comparado a envergadura de sua luta.

De certa forma, o conjunto dos lutadores da USP esperava –legitimamente– o devido apoio dos setores de movimentos em luta (o funcionalismo público especialmente) e a própria mobilização mássiva de seus colegas estudantes; coisa que não se deu efetivamente pelo cordão de isolamento formado pelas variantes do reformismo que compreendem as mencionadas centrais, correntes e partidos (entre outros mais) que se incubem de pulverizar toda a ação que lhes fuja ao controle (como na questão palestina).

Mesmo no Termo de Compromisso arrancado estão previstas apurações posteriores de culpabilidade a serem julgadas por uma Comissão indicada pela Reitoria nas forma da lei. Natural, então, que venha se promovendo uma brutal

Saudamos a atitude, a combatividade, a persistência, a coerência de todos esses lutadores nessas campanhas

- **Pelo ensino público, gratuito, de qualidade;**
- **Por sua autonomia imperiosa e soviética;**
- **Pela organização dos conselhos estudantis, DA's, CA's, grêmios e assembléias para a verdadeira gestão estudantil;**
- **Contra as Reformas Universitária, Sindical/Trabalhista e Previdenciária;**
- **Contra o FUNDEB e a municipalização (privatização) do ensino público;**
- **Contra o PDI imposto pelo imperialista, acatado pelos governos e frente populares.**

Inauguração do Espaço Mané Garrincha

Diante da explosão de ONG's disseminadas por todo o mundo, empreendendo as mais diversas atividades (culturais, políticas, econômicas, étnicas, sociais e etc) a partir da organização desde o seio das massas mais exploradas e sofríveis estando, todavia, atreladas indissolúvelmente à ideologia e política da classe dominante, é louvável toda a iniciativa daqueles que se propõe a construir os mecanismos de resistência, conscientização, organização e luta destas massas com independência de classe e uma política clara e combativa.

Por isso, nós da organização pelo Partido Operário Marxista, desde o Comitê

perseguição aos lutadores da USP aparados apenas por sua força junto ao movimento estudantil e não na justiça burguesa. Sendo as reivindicações pleiteadas pelos grevistas asseguradas por comissões negociação – ainda que com a participação de funcionários –, prejudica-se diretamente o contexto de sua luta nos preceitos que se referem à transparência, autoridade e autonomia do coletivo destes lutadores caso não se mantenha a imperiosidade de deliberações de baixo para cima.

A luta é permanente e intermitente. Frente ao ataque progressivo aos nossos direitos, conquistas e liberdade estas campanhas não são em vão e abrem caminho ao processo de emancipação dos explorados.

Anti-capitalista e Anti-imperialista de Luta e Ação Direta, saudamos a inauguração do Espaço Mane Garrincha, dada no dia 23 de junho de 2007, como sendo mais um organismo que se dispõe a lutar por esta independência de classe repudiando a ideologia pequeno-burguesa que tanto impregna todas as instâncias dos movimentos operário, camponês, estudantil e popular. Esta mesma ideologia propulsora da política imobilista e reformista da quase absoluta maioria das ONG's que pregam o assistencialismo e a cooperação (voluntariado) para remediar o caos da barbárie capitalista a conciliação de classes – de oprimidos e opressores –

como solução às contradições nas relações de produção e apropriação das riquezas no sistema capitalista geradoras dos mais hediondos eventos nos conflitos da luta de classes. Tais são as características deste fenômeno de reformismo do capital (ONG's), pois que são aparelhos articulados pela própria classe dominante com o intuito de desvirtuar os reais objetivos concretos da organização e luta das classes exploradas e preencher, com idealismo e hipocrisia, o espaço vago devido à crise generalizada de direção do proletariado em geral.

Logo, é contra essas vertentes do capitalismo imperialista – a aristocracia operária e pequeno-burguesa – e a ideologia da classe dominante que se posta este recém formado espaço de luta,

consciência e resistência denominado Mané Garrincha. Como mais um ponto de apoio às lutas em combate ao capital e a empreitada pela construção da consciência e independência de classe que só pode surgir a partir deste confronto.

A conquista deste espaço, particularmente, foi um dia marcante e especial para os grupos que constituem esse Comitê, reconhecendo o esforço destes militantes que não o conformam, porém, cultivam o espaço de ação e reprodução conjunta de uma luta concreta e coerente. Sua inauguração, repleta de música, debates, brincadeiras e cultura (para todas as idades), anunciam sua perspectiva e potencial desde seu nascimento.

Movimento de Moradia vai a Prefeitura

Pela estagnação nos andamentos do processo de regularização dos loteamentos sociais, trabalhadores que moram nesses loteamentos deliberam em assembléia uma ida a Prefeitura, para esclarecimento e prosseguimento das aprovações.

Em 2002, os trabalhadores conscientes de suas situações, da burocracia e da falta de integração entre município e estado, se vêem de mãos amarradas para prosseguir na finalização da luta pela moradia, decidem assim pela contratação de uma equipe técnica, composta de arquiteto e advogado para ajudarem na aprovação.

Uma das primeiras dificuldades levantadas foi a divergência entre o plano diretor do município e a legislação federal. O advogado da equipe contratada, familiarizado com a situação, trouxe para o jurídico da prefeitura, leis de outros municípios que serviriam de parâmetros para Diadema dar os primeiros passos para a regularização.

A contribuição dada pelo advogado, somando ao Estatuto da Cidade (que só foi possível, devido a luta dos movimentos de moradia) abriu caminho para que fosse aprovada a lei de Regularização Fundiária.

Tendo sido colocado nos vários loteamentos sociais faixas saudando o Sr. Deputado pela aprovação da lei, os trabalhadores decidem pela visita a prefeitura para esclarecimento e prosseguimento das regularizações, inclusive convidam o Deputado e seus assessores para explanação de tão relevante lei, que durante anos foi motivo de espera dos trabalhadores. Também foi comunicado ao departamento de Habitação, que nos solicitou que fosse enviado por e-mail nº dos processos e posição em que se encontravam no quadro das aprovações.

Para surpresa geral, no dia 13/06/2007 (deliberado pela assembléia como a data de ida a Prefeitura), cerca de uns 200 moradores para lá se dirigiram. Chegando nesta, não havia ninguém que pudesse receber os trabalhadores, com exceção da guarda municipal, que tratou logo de fechar os portões impedindo que os trabalhadores entrassem. Um representante da prefeitura mandou os guardas avisarem que só receberiam 05 pessoas, os moradores protestaram e solicitaram que fosse feita a reunião no anfiteatro que caberia todo mundo, pois o assunto tratado dizia a respeito de todos eles que estavam ali. Depois de longa espera e

sem encaminhamento algum, o povo resolver entrar na prefeitura. Neste momento acaba tendo confronto entre moradores e guardas municipais que num gesto fascista, sem respeito a luta da moradia, agride moradores tentando coloca-los para fora dos portões, como se a Prefeitura fosse um organismo privado e que trabalhadores.

O Sr. Deputado não apareceu, e nem pediu que alguém o representasse. Depois de muito bate boca por parte dos moradores, é que um Secretario de Governo e um Técnico de Regularização resolvem dar algumas explicações para o povo, e tiram um cronograma de reuniões: 02-08-07 (Júpiter), 09-08-07 (Bonifácio), 16-08-07 (Santa) sempre as 14:00 horas, sendo que no dia 16-08 se

marcará nova datas para Parque Real e Vila Nova Conceição. Fica claro para os trabalhadores que sem luta, não há empenho dos órgãos públicos para aprovação de nada, que mesmo os trabalhadores organizados de forma coletiva, diminuindo os problemas da Prefeitura no que diz respeito ao déficit habitacional são tratados como bandidos pela guarda municipal. É leitura do povo, que fora das eleições não tem prefeitura nem prefeito para qualquer reivindicação. A demagogia dos pré candidatos corre solta, como o povo pode constatar com os próprios olhos, debaixo da truculência da guarda municipal, que toda vez que o movimento se dirige a prefeitura num numero maior de pessoas acontece a mesma coisa.

O governo Serra e os deputados do mensalão aprovaram a SPPREV

A previdência pública estadual criada pelo governo Serra/PSDB para os servidores titulares de cargos e militares está em acordo com as reformas da previdência dos governos de FHC/PSDB e Lula/PT. Ambas com o propósito de retirar direitos conquistados pelos trabalhadores, como por exemplo, a aposentadoria - uma exigência da burguesia imperialista, devido à crise estrutural do capitalismo.

- A SPPREV vai aumentar a contribuição previdenciária dos servidores, sejam professores efetivos, OFA's ou demais funcionários que estiverem incluídos nesse regime de previdência; a previsão já para 2008 é de passar dos atuais 11% para 17%, podendo ao longo dos anos chegar a até 22%.
- Os professores eventuais e os que estão atuando em caráter de substituição, além dos novos que forem ingressando na rede, ficarão fora da SPPREV (São Paulo Previdência).
- Os professores OFA's foram incluídos na SPPREV (São Paulo Previdência) somente para contribuir financeiramente, porém não haverá estabilidade no emprego, nem efetivação como propagandeou o governo; portanto, ao perderem suas aulas, perderão o vínculo com o Estado, porém com uma carência de 90 dias; caso consiga ter aulas atribuídas no período de atribuição de aulas, voltará apenas a contribuir para a SPPREV (São Paulo Previdência).
- A forma de contratação não foi definida no projeto aprovado, mesmo para os OFA's com aulas livres; a nova forma de contratação poderá ser aquela que previa o PL-26/2005, ou seja, seis meses, mais seis meses e depois dois anos de berlinda e nunca mais.
- Os professores OFA's uma vez passando para o INSS, perderão todas as garantias contidas na Lei 500/74, ou seja, não terão direito ao Hospital do servidor público, quinquênio, 13º salário, férias, 1/3 de férias, faltas abonadas, aposentadoria como professor (a) e etc.
- O INSS prever para esses profissionais, se contratados novamente, o mesmo tratamento dado às diaristas, autônomos e camelôs.
- Todos os profissionais vinculados ao INSS não terão direito a FGTS, pois não serão contratados pela CLT – os funcionários de escola contratados por cooperativas são um exemplo do que vai acontecer com os professores.

Qual foi o papel da diretoria da Apeoesp diante de mais esse ataque?

Primeiro de tudo, queremos esclarecer que o sindicato APEOESP representa a categoria dos professores. Portanto, a APEOESP é uma coisa e a diretoria outra; com isso estamos dizendo que nem todo militante faz parte da diretoria – é o caso dos militantes da Reconstruir.

Nesse sentido, mesmo com os professores em luta em campanha salarial e pela retirada do projeto de criação da SPPREV, **essa diretoria impôs para a categoria** um calendário de “mobilização” que deu tempo para o governo se armar, inclusive, divulgando na imprensa que os professores iriam ganhar estabilidade – uma grande mentira. Isso culminou com o enfraquecimento da luta e resistência da categoria que estava com disposição de começar a construir a greve.

Paralelamente, a diretoria da APEOESP se utilizou do método de conciliação de classes, o que ajudou o governo Serra confundir a categoria ao afirmar que tinha sido vitória a inclusão dos OFA, s na SPPREV – novamente uma grande mentira.

A **diretoria majoritária** da APEOESP (PT e PC do B), ambos fazendo parte do governo Lula e apoiando as reformas imperialistas do mesmo, contou mais uma vez com a ajuda de setores que se diz de oposição como a **Oposição Alternativa (PSTU, PSOL e simpatizantes)**. Esses setores atuaram em conjunto se colocando contra a luta direta dos professores – a construção da greve. A tática de sempre foi a de alongar o calendário da greve

juntamente com a Articulação Sindical/PT, o que eleitoralmente frearam o movimento, mantendo-o no entorno do parlamento burguês e corrupto; as propostas de formas de lutas utilizadas por esses setores foram: vigília, audiência pública e emendas ao projeto como forma de pressionar os deputados da base governista a se posicionarem contra o governo. Lembramos que os deputados de “oposição” que votaram contra o governo fazem parte de partidos políticos que apóiam e aprovam no Congresso Nacional as reformas do governo Lula/PT – e a greve nada. Além disso, responsabilizaram os professores com a falácia de que **eles não querem lutar, muito menos fazer greve.**

Se com 20, 25, 30 mil professores nas ruas não se podem decretar uma greve, quando é então e com mais quantos mil iremos começar?

Todos aqueles que se colocam contra ao principal instrumento de luta direta dos trabalhadores, a nosso ver, estão no campo das eleições burguesas e de suas instituições.

Portanto, os professores ficaram a ver navios: nem campanha salarial, muito menos retirada do projeto – vitória do governo que aprovou seu projeto sem nenhuma resistência por parte da diretoria e derrota para a categoria em todos os sentidos.

Das assembleias e das formas de lutas

As assembleias são os fóruns mais representativos que os trabalhadores já criaram; nelas os trabalhadores podem discutir e deliberar, dentro dos princípios da democracia operária, além de fazer com que a diretoria encaminhe todas as questões aprovadas, aliás, é para isso que ela foi eleita.

Sem a participação massiva dos trabalhadores nas assembleias, o caminho fica totalmente aberto para os dirigentes do sindicato ajudarem o governo retirar nossas conquistas.

Sempre que os trabalhadores utilizaram o método da ação direta (manifestações de ruas, greves, bloqueios, etc.) conseguiram vitórias.

Em agosto estaremos retomando a nossa campanha salarial; somente uma grande greve da categoria arrancará do governo tudo aquilo que reivindicamos.

Para nós, não há outro caminho se não a luta direta. Por isso, somos totalmente a favor das greves.

• **Por reajuste salarial de acordo com o custo de vida, incorporação das gratificações e extensão aos aposentados, estabilidade a todos os professores OFA, s e plano de carreira que atenda os interesses da comunidade escolar!**

Municipalização ou privatização.

Já temos experiência de como se deu a municipalização na maioria dos municípios do Estado de São Paulo. No caso de Diadema, a experiência mais concreta se deu com a municipalização do ensino de 1ª a 4ª séries em São Bernardo do Campo, onde centenas de professores que atuam na rede estadual em Diadema perdem o vínculo todos os anos, além de outras vantagens; com isso os professores (as) têm sérios problemas no período de atribuição de aulas: um deles está ligado com o Laudo Médico.

Em Diadema, 50% da educação infantil já é privatizada.

As classes de pré-escola estão superlotadas (mais de 30 crianças), as condições de trabalho e ensino estão iguais ou pior as do Estado, o tempo de permanência das crianças na escola é cada vez menor (3 horas apenas).

A Prefeitura de Diadema já municipalizou parte do ensino de 1ª a 4ª e de 5ª a 8ª séries e publicamente diz que vai aumentar o investimento no EJA.

Então, isso é municipalização e municipalizar é privatizar, piorar ainda mais as condições de trabalho e ensino, se não

vejamos: o número de professores sem aulas em Diadema aumentou ou diminuiu?

Se a Prefeitura não constrói mais escolas e precisa atender parte da demanda existente, a saída tem sido fazer convênios com instituições privadas, o que é o mesmo que terceirização e privatização.

A Prefeitura está dizendo que não vai municipalizar; mas, no entanto, já abraçou boa parte da demanda do ensino de 1ª a 8ª séries, de responsabilidade do Estado; diz que vai investir mais no EJA e, por incrível que pareçam, as poucas ampliações que estão sendo feitas nas escolas municipais é justamente para atender a demanda do EJA do Estado, ou seja, para municipalizar e depois privatizar.

A Prefeitura está interessada somente nos 16 milhões de reais que vai receber do FUNDEB e nada mais. Segundo eles, a meta é para chegar aos 19 milhões de reais e à custa de quem isso vai se dá?

Lembramos que pelos dados do próprio MEC, o número de crianças de 0 a 5 anos fora das Creches e do ensino infantil já passam de 30 mil. Com isso os pais de famílias, em muitos casos, são obrigados a

colocarem seus filhos em escolas particulares, o que para nós isso também é uma forma de privatizar o ensino com custo dobrado para os pais.

Não acreditamos em nenhuma falácia de governistas, pois o campo de atuação destes é o reformismo burguês e esta política vai de encontro aos interesses da classe dominante e, ao contrário, retiram direitos trabalhistas, achatam salários, pioram as condições de trabalho, etc.

Para os revolucionários o trabalho de propaganda e de agitação não pára, nem mesmo em período de calmaria, ao contrário dos reformistas e eleitores que dizem que nesse período não se pode fazer nada – coisa mesmo de reformista pequeno-burguês e de social democrata.

Devemos lançar cartas abertas a todos os trabalhadores explicando como e porque a

situação da educação pública está cada vez pior; denunciar as falcatruas e manobras dos burocratas sindicais, dos políticos eleitores e reformistas, além das medidas implementadas por estes para massacrar o povo trabalhador.

Chamamos a unidade proletária para lutarmos com o programa da classe explorada – o programa das reivindicações imediatas e transitórias; do direito a escola pública laica e gratuita, a saúde pública gratuita, ao emprego com salário mínimo vital, etc.; pela revolução social e expropriação da burguesia. Por tudo isso, nenhuma trégua aos saqueadores de direitos trabalhistas.

Que a Prefeitura aplique seus 25% no ensino infantil, como manda a Constituição Federal.

Não a municipalização do ensino! Não ao FUNDEB! Não a privatização do ensino! Por melhores condições de trabalho e ensino.